

## Déficit recorde no segundo semestre

*RIBAMAR OLIVEIRA*

Quem acompanha o cenário fiscal do país deve estar se perguntando como é que o governo central (Tesouro, Previdência e Banco Central) chegará à meta de déficit primário de R\$ 159 bilhões neste ano, se o resultado negativo foi de apenas R\$ 32,9 bilhões de janeiro a junho. Será necessário registrar um déficit adicional de R\$ 126,1 bilhões no segundo semestre deste ano para que a meta seja alcançada. Isso é factível?

Antes de mais nada, é preciso esclarecer que aqui serão utilizados os dados do resultado primário apurado pelo Tesouro Nacional, que são diferentes daqueles divulgados pelo Banco Central. A diferença entre eles é chamada de "discrepância estatística", que, em alguns anos, pode chegar a valores expressivos.

A apresentação do secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, sobre o resultado fiscal do governo central no primeiro semestre deste ano tenta responder essa questão. Segundo a publicação, divulgada na semana

passada, o resultado do segundo semestre deste ano será "R\$ 56,5 bilhões inferior ao realizado no segundo semestre de 2017", quando foi registrado um déficit primário de R\$ 67,8 bilhões.

Tesouro projeta resultado negativo de R\$ 124,3 bi

Assim, o Tesouro está projetando um déficit primário do governo central de R\$ 124,3 bilhões no segundo semestre deste ano (R\$ 67,8 bilhões mais R\$ 56,5 bilhões). No primeiro semestre, o déficit foi de R\$ 32,9 bilhões. Se a previsão se confirmar, será o maior déficit primário do governo central para o segundo semestre de um ano, em termos nominais, da história econômica do país.

O mais impressionante é que a projeção foi feita levando em consideração que a arrecadação líquida do Tesouro, no segundo semestre deste ano, será R\$ 15,4 bilhões maior do que a registrada no mesmo período de 2017. Ou seja, mesmo com receita maior, o déficit

será recorde.

A explicação para um resultado tão ruim, de acordo com a apresentação, é o "substancial aumento nas despesas". O Tesouro cita "a contínua pressão de benefícios previdenciários e despesa de pessoal, a elevação de créditos extraordinários associados à política de subsídio ao diesel, as despesas relativas à campanha eleitoral de 2018 e o crescimento das despesas discricionárias pela reprogramação dos recursos não executados no primeiro semestre pelos ministérios para o segundo semestre".

Os números estão todos lá na apresentação do secretário para quem quiser verificar. A despesa total do governo será R\$ 71,9 bilhões maior no segundo semestre deste ano, na comparação com igual período do ano passado - um aumento de 10,65%.

Só a despesa com benefícios previdenciários será superior em R\$ 21,8 bilhões na comparação entre os dois períodos - um crescimento de





7,3%. O aumento real decorre unicamente da maior quantidade de benefícios, pois não houve reajuste real no salário mínimo no ano passado. O mínimo é o piso pago pelo INSS. No segundo semestre, a Previdência pagará o 13º dos aposentados.

O pagamento de salários do funcionalismo civil e militar vai custar R\$ 12,9 bilhões a mais no segundo semestre deste ano, na comparação com o segundo semestre de 2017. A elevação da despesa é explicada pelos reajustes concedidos aos servidores do Executivo e do Judiciário. No segundo semestre, o governo pagará o décimo terceiro salário do funcionalismo.

As outras despesas obrigatórias (seguro desemprego, abono salarial, benefícios assistenciais e subsídios, entre outras) aumentarão R\$ 21,4 bilhões, de acordo com a apresentação - um crescimento de 24,6%. Entre estas despesas, está o crédito extraordinário para pagar o subsídio ao diesel (que custará R\$ 9,5 bilhões) e o dinheiro para o financiamento da campanha eleitoral, que custará R\$ 1,7 bilhão aos contribuintes.

Haverá também uma substancial elevação das despesas discricionárias, que são aquelas que o governo teria, em tese, liberdade para reduzir. Na verdade, as

estatísticas das despesas discricionárias incluem os gastos federais com saúde e educação, que não são passíveis de corte. Elas subirão R\$ 15,8 bilhões, na comparação com o mesmo período do ano passado - um aumento de 11,2%.

Pelas contas do Tesouro, o déficit primário do governo central neste ano chegará a R\$ 157,2 bilhões. Ou seja, ainda há uma margem de R\$ 1,8 bilhão da meta fiscal deste ano a ser ocupada (R\$ 159 bilhões menos R\$ 157,2 bilhões). O governo ainda não decidiu o que fazer com essa margem, se vai utilizá-la ou não.

A projeção do Tesouro leva em consideração que os ministérios e demais órgãos públicos gastarão, até o fim deste ano, os recursos que ficaram "empoçados" no primeiro semestre. De janeiro a junho, os ministérios deixaram de gastar R\$ 12,7 bilhões que foram liberados para eles pelo Tesouro.

O "empoçamento" ocorre quando os ministérios não conseguem gastar o dinheiro liberado porque a obra ou o serviço contratado não foi entregue no prazo combinado. O dinheiro não é gasto, ou seja, não sai do caixa, melhorando o resultado primário do governo central. Se o "empoçamento" continuar no mesmo nível até o fim deste ano, o resultado

primário do governo central poderá ser reduzido em R\$ 12,7 bilhões, passando de R\$ 157,2 bilhões para R\$ 144,5 bilhões.

---

Existe uma grande expectativa na área econômica sobre as decisões que serão tomadas pela presidente do Supremo Tribunal Federal, Carmen Lúcia, e pela procuradora geral da República, Raquel Dodge, a respeito de reajustes salariais no âmbito do Judiciário e do Ministério Público federal.

Carmen sofre pressão dos juízes para propor o reajuste do subsídio de ministro do Supremo, que corrige os salários de toda a magistratura. Raquel enfrenta a mesma pressão dos procuradores. As definições sobre essa questão deverão sair nos próximos dias. Se as duas defenderem reajustes, ficará ainda mais difícil para o ministro do Planejamento, Esteves Colnago, propor o adiamento do aumento salarial dos servidores do Executivo. Sem adiar o aumento, Colnago terá que fazer um corte draconiano nos investimentos federais e no custeio administrativo.

Ribamar Oliveira é repórter especial e escreve às quintas-feiras

E - m a i l :  
ribamar.oliveira@valor.com.br

## AGU teme efeito fiscal de 'pauta-bomba' do STF

Por Carla Araújo e Fernando Exman | De Brasília

O fim do recesso do Judiciário recolocou no radar da Advocacia-Geral da União (AGU) alguns processos que estão na pauta do Supremo Tribunal Federal (STF) e podem ter impacto bilionário nos cofres do governo federal. Levantamento da AGU obtido pelo Valor elenca alguns casos considerados delicados e que devem ser julgados em breve pelos ministros do Supremo, que retomaram os trabalhos nesta quarta-feira. Ontem mesmo um deles, capaz de gerar despesas de R\$ 2,3 bilhões, já foi decidido contra os interesses da União. A AGU estuda o recurso cabível.

"Essas ações que envolvem risco fiscal têm exigido atenção redobrada, especialmente diante do atual cenário orçamentário do país", afirmou ao Valor a advogada-geral da União, ministra Grace Mendonça. "Só no ano passado conseguimos impedir que mais de R\$ 1 trilhão

saíssem dos cofres públicos por conta de ações judiciais e cerca de um terço desse valor se referia a ações que tramitavam no Supremo. As defesas, extremamente técnicas, já foram apresentadas nos autos e vamos intensificar nosso trabalho junto à Corte envidando todos os esforços para que as decisões sejam favoráveis", acrescentou.

O primeiro item da lista dessa 'pauta-bomba' no Judiciário foi o julgamento dos embargos de declaração, que foram acolhidos pela Corte ontem, que tratam de controvérsia sobre o pagamento retroativo de prestação mensal legalmente reconhecida em razão da existência de declaração de anistiado político militar. Segundo a AGU, por conta de inúmeras demandas que versam sobre o mesmo tema, o impacto econômico-financeiro da decisão passa do valor nominal de R\$ 579,980 milhões para o valor atualizado de R\$ 2,929 bilhões.

O recurso prevê a incidência de juros e correção monetária na condenação imposta à União por

meio de mandado de segurança, mas, para a AGU, há jurisprudência no STF no sentido contrário. O órgão destaca ainda a "indisponibilidade orçamentária, o desequilíbrio nas contas públicas e o efeito multiplicador".

Em novembro de 2016, o ministro Dias Toffoli foi relator do Recurso Extraordinário nº 553710 e estabeleceu em sua decisão que "havendo rubricas no Orçamento destinadas ao pagamento das indenizações devidas aos anistiados políticos e não demonstrada a ausência de disponibilidade de caixa, a União há de promover o pagamento do valor ao anistiado no prazo de 60 dias". "Na ausência ou na insuficiência de disponibilidade orçamentária no exercício em curso, cumpre à União promover sua previsão no projeto de lei orçamentária imediatamente seguinte", completou o ministro.

Outra pauta que preocupa o governo por possíveis impactos nas contas é o julgamento sobre data de prescrição para ação de improbidade





administrativa, previsto para esta quinta-feira. O recurso extraordinário (RE 852475) tratava inicialmente do caso concreto interposto pelo Ministério Público de São Paulo (MP-SP) em ação judicial que questiona a participação do ex-prefeito de Palmares Paulista, um técnico em contabilidade e dois servidores públicos municipais em processos licitatórios de alienação de dois veículos em valores abaixo do preço de mercado. Apesar disso, em maio de 2016, o plenário virtual do STF reconheceu a existência de repercussão geral.

De acordo com dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), entre 2006 e 2016 as condenações por ressarcimento integral somaram R\$ 1,9 bilhão, mas os valores efetivamente recuperados alcançaram apenas R\$ 2,7 milhões. Ou seja, cerca de 0,1% do total nas condenações. Em 2017, foi atingida a cifra de R\$ 1,371 bilhão em condenações de ressarcimento

integral do dano referentes apenas à improbidade administrativa.

A argumentação do governo para que as ações de improbidade administrativa não prescrevam é que a ação de ressarcimento do patrimônio público demanda muito tempo, dinheiro e recursos humanos.

Outro julgamento que tem recebido atenção da AGU analisará pedido de mudança da regra de cálculo para complementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) pela União aos Estados do Ceará, Alagoas e Minas Gerais. O órgão cita nota técnica do Ministério da Educação, segundo a qual o impacto financeiro para a União dependerá da forma de incidência da correção monetária e juros aplicáveis. "O valor originário de R\$ 23,5 bilhões, calculado pela metodologia compatível com a lógica original do Fundef se elevaria a R\$

30 bilhões ao se utilizar a metodologia simplificada atualmente em uso. No cenário mais gravoso ao erário, de atualização monetária linear pelo Manual de Cálculos da Justiça Federal, o valor corrigido passaria de R\$ 101 bilhões para R\$ 132 bilhões", estima o governo.

Já a análise dos embargos de declaração do Recurso Extraordinário nº 870947 pode gerar um impacto de R\$ 7 bilhões. O caso discute os índices de correção monetária e os juros de mora a serem aplicados nos casos de condenações impostas contra a Fazenda Pública. Para a AGU, caso seja determinado que as contas de liquidação e/ou em fase de execução antes da expedição dos precatórios sejam corrigidas monetariamente pelo IPCA-E desde julho de 2009, os montantes a serem pagos pela União decorrentes de condenações terão um acréscimo de 48,82%, "o que significa um impacto financeiro estimado de aproximadamente R\$ 7 bilhões."





## Potencial explosivo

Pauta-bomba no Supremo Tribunal Federal

Caso	Detalhamento	Potencial impacto
■ Recurso extraordinário 553710	Recurso do pede juros e correção monetária na condenação à União pelo processo sobre o pagamento retroativo de prestação mensal em razão da existência de declaração de anistiado político militar.	R\$ 2,929 bilhões
■ Recurso extraordinário 852475	Julgamento sobre data de prescrição para ação de improbidade administrativa	Possível aumento do número de condenações de ressarcimento aos cofres públicos. De acordo com o CNJ, de 2006 a 2016 as condenações por ressarcimento integral somaram R\$ 1,9 bilhão, mas apenas R\$ 2,7 milhões (0,1% do total) foram recuperadas.
■ Ações cíveis originárias 683, 701 e 722	Pede mudança da regra de cálculo para complementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) pela União aos Estados do Ceará, Alagoas e Minas Gerais	Nas contas do governo, o valor de R\$ 23,5 bilhões passaria para R\$ 30 bilhões pela metodologia simplificada atualmente em uso. Se houver atualização monetária linear pelo Manual de Cálculos da Justiça Federal, o valor passaria de R\$ 101 bilhões para R\$ 132 bilhões.
■ Recurso extraordinário 870947	Discute a aplicação dos índices oficiais de remuneração básica e juros da caderneta de poupança em condenações impostas contra a Fazenda	De acordo com o governo, a correção pelo IPCA-E das contas de liquidação está em fase de execução antes da expedição dos precatórios desde julho de 2009 provocaria acréscimo de 48,82% nos valores a pagar, com impacto de cerca de R\$ 7 bilhões.

Fonte: Advocacia-Geral da União (AGU)

## Fazenda precisa de extra para cobrir calote da Venezuela

*Nota técnica da pasta pede valor suplementar por causa de risco cambial na eleição*

Mariana Carneiro e Laís Alegretti

Brasília - Com a instabilidade do dólar, a área econômica do governo identificou a necessidade de aumentar a previsão de despesas orçamentárias neste ano para arcar com o calote da Venezuela.

A previsão de suplementação ocorre meses depois de o Brasil ter negado a proposta do governo venezuelano de fazer pagamentos em 2019.

Uma nota técnica do Ministério da Fazenda, apresentada em reunião nesta terça-feira (31), pede um valor adicional neste ano, que poderá variar de R\$ 122 milhões a R\$ 265 milhões, a depender da cotação da moeda americana.

Mas integrantes do governo discutem se é possível adiar a despesa para o ano que vem.

O governo já havia pedido R\$ 1,5 bilhão em recursos orçamentários extras para cobrir a inadimplência do vizinho e também a de Moçambique. Mas o valor se mostrou insuficiente com a alta da moeda americana, pois os contratos foram feitos em dólar.

Dessa forma, quatro cenários estão sendo considerados, que vão de um dólar desde R\$ 3,40 a R\$ 4,20. Se a cotação ficar no piso desta previsão, a necessidade de recursos estimada é de R\$ 122 milhões.

Hoje o dólar já é negociado a R\$3,75. O documento ressalta que há "risco de desvalorização adicional durante o período eleitoral".

A necessidade de recursos extras ficou mais evidente para a equipe econômica após o governo ter coberto a inadimplência de um pagamento de US\$ 275 milhões da Venezuela, em junho.

A estimativa inicial era desembolsar pouco mais de R\$ 900 milhões com o calote. Porém,

quando o pagamento foi realizado, o dólar havia subido para R\$ 3,78 e a conta ficou em R\$ 1,040 bilhão.

O temor é que as parcelas futuras também fiquem mais caras com solavancos no câmbio. Elas vencerão em agosto (no caso de Moçambique) e em outubro (Venezuela).

A avaliação de técnicos do governo é que há recursos para pagar essas duas levas, mas não as que vencerão em fevereiro de 2019. Apenas no caso da Venezuela, a parcela a ser coberta no início de 2019 é de US\$ 117 milhões (R\$ 442 milhões pelo câmbio atual).

O dinheiro público está sendo usado para ressarcir o BNDES pelo calote no financiamento da obra do aeroporto de Nacala, construído pela Odebrecht em Moçambique.

O valor mais relevante se refere a indenizações ao banco estatal e ao Credit Suisse por obras e exportações que não foram pagas pela Venezuela.





Todas as operações foram feitas com o seguro do FGE (Fundo Garantidor de Exportações) e, nestes casos, quando há calote, quem assume o prejuízo é o fundo, cujos recursos para pagamento saem do Orçamento federal.

A Folha apurou que, em fevereiro, antes da consumação do calote, o governo da Venezuela fez uma proposta ao Brasil: voltar a pagar pós carência de um ano em 2018.

Em 2019, as parcelas seriam honradas sem a necessidade de desconto em juros ou de multas. O governo de Nicolás Maduro imaginava ter, no ano que vem, uma situação mais favorável do que a de agora.

O Brasil não cedeu e o calote foi decretado, o que acionou as indenizações.

O Ministério da Fazenda, que pilota a negociação desde o ano passado, afirma que "não tinha direito de renegociar a dívida porque os créditos não lhe pertenciam".

"Como os bancos financiadores das exportações brasileiras não alcançaram acordo para reescalonamento de seus créditos, por contrato firmado em relação ao financiamento, eles têm direito a acionar a garantia".

O Credit Suisse não quis comentar e o BNDES informou desconhecer o pedido.

"Pela característica dos créditos, as interlocuções do devedor foram realizadas diretamente entre o mesmo e o Ministério da Fazenda e demais órgãos do governo, que inclusive resultaram no pagamento, ainda que com atraso, da parcela de setembro de 2017" diz em nota. "O BNDES não foi procurado diretamente pelo devedores para reescalonamentos e certamente mantém o interesse na regularização breve".

Apesar da necessidade financeira descrita pela Fazenda, outras áreas resistem ao pedido de suplementação no Orçamento de 2018. Uma das dificuldades é que o governo terá de cortar gastos de outra área, como manda a regra do teto de gastos, que exige que uma nova despesa seja substituída por outra.

Para fazer a suplementação, é necessário enviar um projeto para o Congresso com a previsão de onde virá a verba, o que não deve ocorrer antes da eleição.

O documento da Fazenda reconhece que um novo pedido para cobrir um calote da Venezuela tem "repercussão negativa" e, por isso, aponta que a suplementação não deve sair antes de dezembro.



## Como a dívida evoluiu desde o ano passado

**2017**

**Agosto** Mercosul aprova suspensão da Venezuela do bloco por ruptura da ordem democrática

**Setembro** BC é informado de que pagamento de US\$ 262 milhões que a Venezuela devia ao Brasil não é honrado

**Dezembro** Venezuela declara embaixador brasileiro persona non grata, e o Brasil expulsa embaixador venezuelano

**2018**

**Janeiro** Governo brasileiro negocia pagamento com "moeda" do FMI (Direitos Especiais de Saque), e Venezuela honra parcela devida, evitando calote. Nova parcela de US\$ 274,9 milhões vence, e país fica sem pagar

**Mai** Nicolás Maduro vence eleição presidencial marcada por forte abstenção. Sem pagamento, Brasil formaliza calote, etapa que aciona o pagamento do seguro de crédito à exportação a BNDES e Credit Suisse. Governo aprova crédito suplementar de R\$ 1,16 bilhão para bancar ressarcimento a bancos por calote venezuelano

**Setembro** Vence parcela de US\$ 40,65 milhões

**2019**

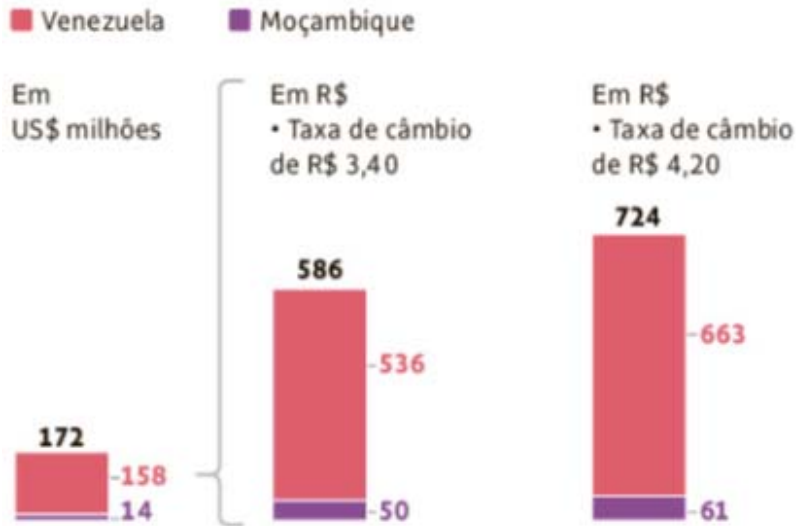
**Janeiro** Vence nova parcela de US\$ 117 milhões





## Indenizações a vencer em operações que irão a default em 2018

A depender da **cotação do dólar**, prejuízo do Brasil com Venezuela e Moçambique aumenta



Fonte: Sain/Ministério da Fazenda



## Melhorando a herança

Um reforço de R\$ 10,7 bilhões no Orçamento federal tornará mais fácil o primeiro ano do novo presidente, se o Congresso aprovar a tempo o projeto de tributação dos fundos exclusivos de investimento. Enviado ao Parlamento no fim de junho, esse projeto é parte do esforço do governo para aliviar os problemas da futura administração. O sucessor do presidente Michel Temer enfrentará duras batalhas, em 2019, para fechar as contas sem violar o limite de R\$ 139 bilhões para o déficit primário e sem romper a chamada regra de ouro, a proibição de endividar o Tesouro para cobrir despesas correntes. O legado seria muito melhor sem a paralisação da agenda de reformas, interrompida por entraves políticos desde o ano passado. Mas o esforço para suavizar a transição tem continuado – nem sempre com sucesso.

Com a nova proposta de tributação dos fundos exclusivos de investimento, o governo retoma um esforço fracassado em 2017. A tentativa, no ano passado, foi feita por meio da edição de uma medida provisória (MP). O texto nunca foi votado e perdeu validade. Congressistas, tudo indica, tinham pouco ou nenhum interesse na cobrança de mais impostos sobre uma operação financeira típica de gente muito endinheirada. Se convertida em lei, a MP teria reforçado as finanças federais neste ano e simplificado a execução do Orçamento. Ao insistir na proposta, o governo procura pelo menos garantir esse benefício para a futura administração.

A persistência do presidente da República e de sua equipe econômica é sintoma, talvez, de um otimismo injustificável. A preocupação de atenuar os problemas financeiros da nova administração manifestou-se também no projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), aprovado em votação final no dia 11 de julho. Mas a boa intenção mais uma vez foi frustrada no Parlamento. Por acordo entre líderes partidários foi reduzido de 10% para 5% o corte obrigatório de custeio administrativo proposto inicialmente. Além disso, os congressistas derrubaram a proibição de reajustes ao funcionalismo em 2019 e a criação de cargos no serviço público. Foi mantido, no

entanto, o limite de R\$ 139 bilhões para o déficit primário (sem o custo dos juros) do governo central.

Também foi parcialmente frustrada a tentativa do governo de reonerar a folha de pagamento de quase todos os 56 setores favorecidos há vários anos pela administração petista. Essa desoneração serviu quase exclusivamente para inflar, com grande custo para a União, os lucros de milhares de empresas de 56 setores. Não houve benefícios visíveis para o emprego nem aproveitamento significativo de qualquer ganho possível de competitividade. No entanto, o projeto que reduzia substancialmente os benefícios tributários foi mutilado no Congresso. Pela versão aprovada, só 28 setores perderiam a vantagem. O presidente vetou parcialmente as mudanças e a reoneração passou a valer para 39 setores.

Mas o ganho para as contas públicas ainda foi limitado por mais um fator: parte do dinheiro arrecadado seria usada para cobrir o subsídio ao diesel prometido pelo presidente aos caminhoneiros. O subsídio valerá até o fim deste ano. O novo governo, espera-se, estará livre desse trambolho fiscal. Mas o esforço para garantir ao próximo governo uma herança melhor deve continuar. A LDO determinou para este semestre o envio de um plano de redução dos incentivos fiscais a partir de 2019. Ontem, o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, mais uma vez defendeu a diminuição das facilidades tributárias, estimadas neste ano em cerca de R\$ 270 bilhões.

"Todos os países do mundo", lembrou o secretário, "adotam benefícios fiscais, que são instrumentos legítimos, mas no Brasil houve uma utilização exagerada desse recurso." Os fatos têm comprovado o exagero. Os benefícios nem sempre resultam em maior eficiência, em inovação e em mais crescimento econômico e mais empregos. Nessas condições, alguns lucram e todos pagam pela festa. Mas a equipe econômica tem sido, nesse debate, mais severa que a ala política do governo. Também isso explica a manutenção e até a renovação de benefícios dificilmente justificáveis.

## Governo vai injetar R\$ 878 milhões na Caixa

Necessidade do banco estatal é de R\$ 2 bi, mas novos aportes vão depender de espaço no Orçamento da União

Idiana Tomazelli / BRASÍLIA

O governo bateu o martelo e vai destinar R\$ 878 milhões para capitalizar a Caixa Econômica, segundo apurou o Estadão/Broadcast. A operação é necessária para que o banco público cumpra em 2019 normas internacionais que exigem mais capital próprio para fazer frente ao risco de perdas nas operações de crédito. A necessidade da Caixa é de R\$ 2 bilhões, e novos aportes dependerão de espaço adicional no Orçamento, informou um integrante da equipe econômica.

O valor da capitalização foi definido ontem em reunião da Junta de Execução Orçamentária, formada pelos ministros da Casa Civil, da Fazenda e do Planejamento. A decisão do

governo de capitalizar a Caixa foi antecipada pelo Estadão/Broadcast em julho. Como mostrou a reportagem na ocasião, o Banco Central já autorizou a transação, que deve ser feita em duas parcelas até o fim do ano.

O governo tinha um espaço de cerca de R\$ 1,2 bilhão para destinar a despesas que ficam fora do teto de gastos – como é o caso de uma capitalização de empresa estatal. A Caixa recebeu prioridade, mas a Telebrás também foi contemplada com um aporte de R\$ 300 milhões. Um projeto de lei precisará ser enviado ao Congresso para incluir a previsão dos recursos no Orçamento.

Há pelo menos três anos, o banco vinha pedindo ao Ministério da Fazenda um reforço no capital – o que sempre foi negado porque a equipe econômica cobrava um ajuste do banco que previa mudanças na sua política de gestão, inclusive com revisão da expansão

do crédito.

Outros R\$ 666,6 milhões ainda podem ser distribuídos a despesas dos ministérios, dentro do teto de gastos. Sobre esses valores, no entanto, não houve decisão. Segundo apurou a reportagem, a disputa está grande entre as pastas, principalmente em ano eleitoral, e a demanda supera o valor disponível. Ficou acertado que haverá nova reunião da Junta de Execução Orçamentária nos próximos dias para definir o que é possível atender entre as necessidades dos ministérios.

O governo vai incluir na previsão de receitas no Orçamento de 2019 os R\$ 12 bilhões que serão obtidos com a privatização da Eletrobrás. A medida é necessária para garantir o cumprimento da meta fiscal do ano que vem, que permite déficit de até R\$ 139 bilhões. Parte desse dinheiro pode ajudar em novas capitalizações de estatais.

## **Governo decide capitalizar Caixa com sobra orçamentária de R\$ 870 milhões**

ELIANE OLIVEIRA

A Junta Orçamentária, formada pelos ministros Eliseu Padilha (Casa Civil), Eduardo Guardia (Fazenda) e Esteves Colnago (Planejamento), decidiu ontem o destino da folga orçamentária de R\$ 1,84 bilhão, divulgada há cerca de dez dias pela equipe econômica no relatório bimestral de receitas e despesas. Desse total, R\$ 1,18 bilhão será usado para capitalizar três estatais. Cerca de R\$ 870 milhões devem ir para a Caixa Econômica Federal, R\$ 200 milhões para a Telebrás e R\$ 100 milhões para a Infraero. O restante, algo em torno de R\$ 666 milhões, será distribuído entre diferentes ministérios para despesas e pagamentos atrasados.

O dinheiro usado para capitalizar estatais não está sujeito à lei do teto de gastos, que proíbe que despesas aumentem acima da inflação do ano anterior. Já os R\$ 666 milhões configuram a sobra que pode ser usada nos chamados gastos discricionários, mas depende de aprovação do Legislativo.

Em seu último relatório bimestral, a equipe avaliou que terá aumento na receita de R\$ 11,6 bilhões, especialmente com recursos administrados pela Receita e a arrecadação com a exploração de recursos naturais, com o petróleo. Do lado das despesas, o governo prevê economia de cerca de R\$ 3,5 bilhões com Previdência, subsídios e com capitalização de estatais.